

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO - ME

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

PROCESSO LICITATORIO: 021/2019

PREGAO PRESENCIAL 008/2019

REFERENCIA: Contratação de empresa especializada em serviço de limpeza pública urbana no Município de Carmo do Paranaíba -MG, compreendendo os serviços de coleta diária, transporte e destinação final dos (resíduos sólidos)lixo domiciliar e comercial da área urbana, até a usina de triagem e compostagem de lixo, no aterro sanitário do Município, conforme as especificações constantes no Anexo I – Proposta de Preços e Anexo VI – Termo de Referência.

I – TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A presente sessão publica ocorreu no dia **04/04/2019, (Quinta-Feira)**, às **14:00hs (quatorze horas)**, conforme ata publicada. O prazo para a apresentação das razões encerra-se em **09/04/2018**, merecendo este recurso ser recebido tempestivamente e cabível, nos termos do Artigo 109 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 como também previsto no presente edital em seu **item 11 – DOS RECURSOS**.

A **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME**, doravante denominada Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o Nº 22.454.801/0001-60, com sede localizada na Rua Gameleira 340, Centro Confins MG, VEM respeitosamente à presença de V.Sa., por seu REPRESENTANTE LEGAL regularmente constituído, **REQUERER** tempestivamente, através do presente interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com efeito **SUSPENSIVO**, a (I) **DESCCLASSIFICAÇÃO** (a, I, Art. 109, Lei 8.666/93) e a (II) **INABILITAÇÃO** (a, I, Art. 109, Lei 8.666/93), onde, V.Sa. **NÃO PODERIA** e/ou **NÃO DEVERIA**, com as vênias de praxe, **IGNORAR**

Helton M. Leite
Engenheiro Civil
CREA 0660919

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO - ME

que o EDITAL em questão, após a realização do mencionado certame, transformou-se na LEI INTERNA DO PROCESSO LICITATÓRIO que, legalmente, VINCULARÁ e OBRIGARÁ a todos os envolvidos, isto é, ADMINISTRADORES e ADMINISTRADOS, a CUMPRÍ-LO integralmente, tudo de acordo com as RAZÕES de FATO e de DIREITO que serão apresentadas a seguir:

I – DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

Preliminarmente, faz-se necessário aqui consignar que, ao descumprir NORMAS EDITALÍCIAS, essa ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA frustra a própria razão de ser da LICITAÇÃO, isto é, viola os PRINCÍPIOS NORTEADORES da atividade administrativa, tais como a LEGALIDADE, a MORALIDADE e a ISONOMIA, conforme JURISPRUDÊNCIA transcrita abaixo:

Jurisprudência do TCU (Tribunal de Contas da União) "... A decisão subjetiva é rechaçada pelo ordenamento jurídico, que impõe o julgamento objetivo e a vinculação ao edital, em homenagem aos princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade e da moralidade".

II- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 04(quatro) do mês de Abril de 2019 a comissão de licitação desse conceituado município após julgar a empresa A **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME** INABILITADA para a fase de proposta, fez por motivada pela apresentação da certidão simplificada com sua data de expedição superior a 60(sessenta dias). Conforme ata lavrada no presente certame.

Acreditamos que o procedimento de desclassificação manifestada à nossa empresa, neste caso atropela a legislação pertinente, onde só nos resta, CONTESTAR, através do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com o OBJETIVO de **INVALIDAR** ou **REFORMAR TOTAL** ou **PARCIAL** o **ATO ADMINISTRATIVO** que vier ser praticado no decorrer do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, além de apresentar como escopo a ANULAÇÃO da citada LICITAÇÃO, conforme assegura, de uma forma genérica, o DIREITO DE PETIÇÃO, conforme encontra-se previsto no INCISO XXXIV da ALÍNEA "a" do ARTIGO 5º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL como instrumento de defesa dos DIREITOS PESSOAIS, especialmente contra ATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS porque, como é público e notório, a referida EMPRESA cumpriu as CLÁUSULAS e CONDIÇÕES EDITALÍCIAS, conforme transcrição abaixo, in verbis:

Helton W. Lima de Souza
Engenheiro Civil
CREA 93609/1-1

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO - ME

Constituição Federal/1988:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei,...:

"XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;"

III- DOS FATOS

Com a mais respeitosa s vênias, é importante ressaltar que a Sra. Pregoeira Simeire Silva Moreira Cunha e sua equipe de apoio equivocaram ao deixar de habilitar a empresa recorrente e proferir resultado indicando que a participante **PS DELTA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI –ME** como vencedora do certame por ofertar menor preço e cumprir com todas as exigências do ato convocatório.

A HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO ME, com a intensão de ofertar menor preço ao objeto do certame, foi declarada antes mesmo à sua inabilitação por não comprovar sua qualificação como micro empresa através da certidão específica da junta comercial emitida com no máximo 60(sessenta) dias anteriores à data do certame.

IV- DO DIREITO

A comissão alega que nossa **certidão simplificada** apresentada é incompatível com o a data estipulada em edital, mas aqui, vale ressaltar que o conforme os ditames editalício esse item é opcional , dando assim a faculdade das empresas interessadas ao beneficio constante da lei complementar nº 12/2006, impossibilitando assim nossa inabilitação.

"7.8. Caso a empresa licitante tenha interesse em fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/2006 e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06, deverá apresentar, no ato do credenciamento, a Declaração de Condição de Microempresa ou EPP (anexo V) e a Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado Sede da licitante, ou por Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura do Pregão, demonstrando o enquadramento de microempresa de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa Nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, sob pena de preclusão do direito de reclamar tais benefícios".

Helson W. Silva de Souza
Engenheiro Civil
CREA 066091/D

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO - ME

A recorrente por sua vez, apresentou a Certidão Simplificada da Junta Comercial, para assim poder fazer gozo de seu direito líquido e certo, mas a comissão decidiu pela sua inabilitação devido o prazo de validade.

Na lei de licitação 8.666/93, em seu artigo 31 especifica a documentação a qual deverão ser limitados e requeridos em edital, não devendo sua qualificação econômica ser extrapoladas em limites impostos.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 6º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Milton W. Pinto de Souza
Engenheiro Civil
CREA 066609/D

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO - ME

Desta feita, claramente constatado que não consta no roll de exigências estatuído pela lei de licitação a autorização da exigência da certidão da junta comercial de forma simplificada, assim também esta claro em seu edital que esse item é apenas uma faculdade aos demais interessados e participantes do certame, impossibilitando nossa INABILITAÇÃO do certame.

Não é preciso ser operador do direito para saber que no ordenamento jurídico pátrio as regras das licitações estão estatuídas na lei 8.666/93 e também especificamente na lei do Pregão lei federal 10.570/2002.

Na lei de licitação no seu artigo 3º estão estipulados seus princípios norteadores, onde são seus mandamentos a serem obedecidos tanto para a administração publica quanto pelos seus administradores:

Constituição Federal/1988:

"Art. 37. A Administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

A regra encontra-se insculpida já no art. 3º da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da **proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifei)*

Salientamos que a Administração só pode exigir o que vem da lei, ficando a mesma vinculada ao princípio da legalidade.

É através desse panorama que não justifica nossa desclassificação, por se tratar de um grande equívoco da comissão, não podendo continuar a prosperarem erroneamente pela nossa inabilitação.

Todavia, por óbvio que a extensão do vício dependerá da análise do caso concreto, sendo que, quando se tratar de descumprimento de mero formalismo, ou mesmo de erro material, o

Wilton W. Lima Jr. Souza
Engenheiro Civil
CREA 066/0910

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO - ME

princípio da vinculação ao edital poderá ser relativizado, a fim de resguardar o interesse maior, que é a melhor contratação sob a ótica da Administração Pública.

Diante disso trazemos à baila uma breve consideração a respeito do princípio da melhor proposta, ou seja, aquela mais vantajosa para a Administração.

A regra encontra-se insculpida já no art. 3º da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da **proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (grifei)*

Está claro e notório que a recorrente possui o valor bem inferior à proposta da licitante declarada vencedora, ferindo assim o princípio da economia e da proposta mais vantajosa à administração, trazendo possíveis danos ao erário público que podem e devem ser evitados.

O presente recurso serve com tentativa de modificar a decisão já proferida por essa respeitável Comissão de Licitação que declarou inabilitada a recorrente, apesar da mesma cumprir e atender com todas as exigências do edital.

V - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E DOS PEDIDOS

A Recorrente é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada **inabilitada**.

A linha argumentativa adotada no presente RECURSO, dentre outras argumentações, assentou-se precipuamente na LEI Nº 8.666/93 que contempla disposição taxativa a respeito, transpassando os PRÓPRIOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS para sua NORMATIZAÇÃO, i.e., conforme PARÁGRAFO 1º (PRIMEIRO) do ART. 3º do mesmo DIPLOMA LEGAL, in verbis:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, e... será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios da..., da vinculação ao instrumento convocatório de julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos”; (Grifo nosso)

Helton W. Lima de Sousa
Engenheiro Civil
CREA 96.009.015

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO - ME

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede o domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato."

Contudo, com as vênias de estilo, manifestamo-nos totalmente insatisfeito as alegações motivadas em ata, referente a DESCLASSIFICAÇÃO e à INABILITAÇÃO da HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME, em face das razões expostas, a recorrente requer desta mui digna Comissão de Licitação :

I – Seja o presente recurso regularmente recebido;

II – O provimento do presente Recurso Administrativo para desconsiderar a decisão proferida na Ata de Reunião.

III – Seja, ao final, julgado totalmente PROCEDENTE, para que seja proferida nova decisão no sentido de reconhecer a ausência de fundamentação da inabilitação da recorrente, sendo que desta feita deverá ser explicitamente declinado no julgado os motivos pelos quais ocorreu a inabilitação da licitante, essencial para assegurar o seu direito de recorrer da inabilitação.

V- Declarar Habilitada à empresa recorrente por satisfazer todos requisitos previstos no Edital de Licitação.

FINALMENTE, diante da ADMISSIBILIDADE do presente PEDIDO de CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO da HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME – em face dos FATOS aqui elencados – A HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO ME **REQUER**, respeitosamente, que V.Sa. se digne a DEFERIR a presente DEMANDA, nos termos adrede expandidos, e adote as medidas necessárias cabíveis para REVOGAÇÃO dos ATOS praticados pela **comissão** sendo que, o mencionado DEFERIMENTO enquadra-se, plenamente, no CARÁTER IMPERATIVO da LEI, isto é, "*lex jubeat, non suadeat*", ou seja, "*A LEI OBRIGA, NÃO PERSUADE*", e, por derradeiro, esta IMPETRANTE REQUER que V.Sa. se digne a:

Helton W. Lima de Souza
Engenheiro Civil
CREA 01/00114

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO - ME

- (i) DEFERIR o presente RECURSO ADMINISTRATIVO de **CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO** da **HORIZONTES EM CONSTRUÇÃO EIRELE- ME** por CUMPRIMENTO LEGAL do EDITAL, conforme exaustivamente apresentado e justificado na presente peça recursal;

Ressaltamos ainda, como forma de interesse no certame e inconformidade da não participação dos lances na fase da proposta, a recorrente nesse mesmo ato encaminha uma copia deste RECURSO ao Tribunal de Contas- TCE e Ministério Público- MP afim de poderem analisa-lo na maior coerência e finalidade.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Confins, 08 de Abril de 2019

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME

CNPJ 22.454.801/0001-60

Helton W. Lima de Souza
Engenheiro Civil
CREA 96609/12

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
RE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31600212896	Código da Natureza Jurídica 2305	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

- REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUCAO EIRELI - ME
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 J193542337962

Requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE FOLHAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

CONFINS
Local

22 Janeiro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ Responsável

☐ DECISÃO COLEGIADA

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____ Responsável

OBSERVAÇÕES





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/037.580-9	J193542337962	21/01/2019

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
028.491.766-48	HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7149302 em 22/01/2019 da Empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI - ME, Nire 31600212896 e protocolo 190375809 - 21/01/2019. Autenticação: 558C1D36436A3B86C6F4C485CCDD347F72999BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/037.580-9 e o código de segurança UJ5d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/8

Alterações	Data	NIRE	Protocolo
Abertura	15/05/2015	3160021289-6	15/024.377-4
1ª Alteração: Balanço	30/07/2015		15/024.662-5
2ª Alteração: Cap.Social/Objeto Social	13/04/2016		16/029.530-1
3ª Alteração: Objeto Social/Endereço	09/02/2017		16/711.708-8
4ª Alteração: Objeto Social	01/01/2019		

4ª (QUARTA) ALTERAÇÃO CONTRAUTAL CONSOLIDADA

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI- ME

Endereço: Rua Gameleira, 380 B – Bairro Centro

Cidade: Confins – MG – CEP: 33500.000

CNPJ: 22.454.801/0001-60

HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA, nascido em 13/01/1979, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Confins/MG, residente e domiciliado à Rua José Ribeiro dos Santos, 45, Bairro Centro, Confins, Minas Gerais, CEP 33500.000, portador da carteira de identidade nº M-8.691.807 SSP/MG e CPF nº 028.491.766-48;

Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **“HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI – ME”**, com sede na Rua Gameleira, 380 B, bairro Centro, na cidade de Confins, no estado de Minas Gerais, CEP 33500.000, resolve promover a seguinte alteração:

1º Alteração: O objeto social passa a ser: **SERVICOS DE ARQUITETURA. SERVICOS DE ENGENHARIA. LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO, EXCETO ANDAIMES. SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. OBRAS DE TERRAPLANAGEM. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS. LIMPEZA E VARRIÇÃO DE RUAS. CAPINA MANUAL E ROÇADA. COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS. LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E CAMINHÃO DE LIXO. ATIVIDADES DE LIMPEZAS DE PRÉDIOS E DOMCÍLIOS, LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS. SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PESSOAL DE APOIO PARA PRESTAR SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE CLIENTES DESENVOLVENDO UMA COMBINAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA GERAL NO INTERIOR DE PRÉDIOS, SERVIÇOS DE MANUTENCAO E DISPOSIÇÃO DO LIXO, SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E PORTARIA E OUTRO SERVIÇOS RELACIONADOS PARA DAR APOIO A ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PRÉDIOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE E COMBATES DE PRAGAS VETORES URBANOS. MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, RODOVIAS, PORTOS E AEROPORTOS. PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS. SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE COLETA E DE SISTEMA DE ESGOTO. SERVIÇOS DE ESVAZIAMENTO E LIMPEZA DE TANQUES DE INFILTRAÇÃO E FOSSAS SÉPTICAS, SUMIDOUROS E POÇOS DE ESGOTO.**

2º Alteração: os CNAES passam a ser: 7111100, como atividade principal e todos os demais, como secundários: 7112000, 7732201, 7119701, 8130300, 4313400, 4120400, 4213800, 8129000, 3811400, 7711000, 7739099, 8299799, 8111700, 8122200, 4329104, 4211102 E 4222701.

3ª Alteração: O endereço da sede da empresa passa a ser à rua Gameleira, 340, bairro Centro, na cidade de CONFINS, no estado de Minas Gerais, CEP 33500.000.

4ª Alteração: O titular da EIRELI, acima qualificado, integraliza mais R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no Capital Social, da empresa e com isso o capital social passa a ser de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Consolidação da Quarta Alteração do Contrato Social.

HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA, nascido em 13/01/1979, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Confins/MG, residente e domiciliado à Rua José Ribeiro dos Santos, 45, Bairro Centro, Confins, Minas Gerais, CEP 33500.000, portador da carteira de identidade nº M-8.691.807 SSP/MG e CPF nº 028.491.766-48;



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7149302 em 22/01/2019 da Empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI - ME, Nire 31600212896 e protocolo 190375809 - 21/01/2019. Autenticação: 558C1D36436A3B86C6F4C485CCDD347F72999BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/037.580-9 e o código de segurança UJ5d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Helton W. Lino de Souza
Engenheiro Civil
15.06609/10

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Alterações	Data	NIRE	Protocolo
Abertura	15/05/2015	3160021289-6	15/024.377-4
1ª Alteração: Balanço	30/07/2015		15/024.662-5
2ª Alteração: Cap.Social/Objeto Social	13/04/2016		16/029.530-1
3ª Alteração: Objeto Social/Endereço	09/02/2017		16/711.708-8
4ª Alteração: Objeto Social	01/01/2019		

Cláusula 1ª – NOME COMERCIAL E SEDE

A empresa continua girando sob a denominação **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI – ME** e o endereço da sede passa a ser a ser na Rua Gameleira, 340, Bairro Centro, na cidade de Confins, no estado de Minas Gerais, CEP 33500.000.

Parágrafo Único: A empresa continua adotando o nome de fantasia de **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS**.

Cláusula 2ª – CAPITAL SOCIAL

O capital social, passa a ser de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

Cláusula 3ª - PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE E TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
O prazo de duração da sociedade continua sendo por tempo indeterminado e suas atividades continuam tendo como início a data de 01 de Maio de 2015, sendo que o término do exercício social se dará em 31 de Dezembro de cada ano.

Cláusula 4ª – RESPONSABILIDADE DO TITULAR

A responsabilidade do titular continua sendo restrita ao valor de suas quotas, conforme preceitua o artigo 1.052 do Código Civil, lei nº 10.406/2002;

4.1 - O titular continua não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o Artigo 1.054 c/c o artigo 997, VIII, do Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

Cláusula 5ª – OBJETO SOCIAL

O objeto social da Empresa passa a ser: **SERVICOS DE ARQUITETURA. SERVICOS DE ENGENHARIA. LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO, EXCETO ANDAIMES. SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. OBRAS DE TERRAPLANAGEM. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALÇADAS. LIMPEZA E VARRIÇÃO DE RUAS. CAPINA MANUAL E ROÇADA. COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS. LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E CAMINHÃO DE LIXO. ATIVIDADES DE LIMPEZAS DE PRÉDIOS E DOMCÍLIOS, LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS. SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PESSOAL DE APOIO PARA PRESTAR SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE CLIENTES DESENVOLVENDO UMA COMBINAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA GERAL NO INTERIOR DE PRÉDIOS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E DISPOSIÇÃO DO LIXO, SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E PORTARIA E OUTRO SERVIÇOS RELACIONADOS PARA DAR APOIO A ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PRÉDIOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE E COMBATES DE PRAGAS VETORES URBANOS. MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS. PINTURA PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE COLETA E DE SISTEMA DE ESGOTO. SERVIÇOS DE ESVAZIAMENTO E LIMPEZA DE TANQUES DE INFILTRAÇÃO E FOSSAS SÉPTICAS, SUMIDOUROS E POÇOS DE ESGOTO.**

Parágrafo Único: os CNAES passam a ser: 7111100, como atividade principal e todos os demais, como secundários; 7112000, 7732201, 7119701, 8130300, 4313400, 4120400, 4213800, 8129000, 3811400, 7711000, 7739099, 8299799, 8111700, 8122200, 4329104, 4211102 E 4222701.

Cláusula 6ª – ADMINISTRAÇÃO E USO DO NOME COMERCIAL

A administração da empresa continua sendo exercida pelo Titular **HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto. Fica vedado o uso de nome comercial em assuntos alheios aos interesses da Empresa.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7149302 em 22/01/2019 da Empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI - ME, Nire 31600212896 e protocolo 190375809 - 21/01/2019. Autenticação: 558C1D36436A3B86C6F4C485CCDD347F72999BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/037.580-9 e o código de segurança UJ5d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Helton Wanderston Lino de Souza
Assinatura do Titular
9660011:
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

Alterações	Data	NIRE	Protocolo
Abertura	15/05/2015	3160021289-6	15/024.377-4
1ª Alteração: Balanço	30/07/2015		15/024.662-5
2ª Alteração: Cap.Social/Objeto Social	13/04/2016		16/029.530-1
3ª Alteração: Objeto Social/Endereço	09/02/2017		16/711.708-8
4ª Alteração: Objeto Social	01/01/2019		

Cláusula 7ª – RETIRADA PRÓ-LABORE

O Titular poderá a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal pelo exercício da administração, a título de “pró-labore”, respeitadas as limitações legais vigentes.

Cláusula 8ª – LUCROS E/OU PREJUÍZOS

Os lucros apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social poderá ser distribuído ao titular na forma que melhor lhe convir, de acordo com os ditames da lei.

Parágrafo Único: A distribuição de lucros poderá ocorrer em meses diferentes ao do término do exercício social.

Cláusula 9ª – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS

A empresa continua podendo, a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos no país, ou fora dele, por deliberação dos sócios.

Cláusula 10ª – FALECIMENTO DE TITULAR

O falecimento, falência ou afastamento do titular não se constituirá causa para dissolução da Sociedade, que poderá continuar com os seus herdeiros, caso seja de seus interesses;

Cláusula 11ª – DESIMPEDIMENTO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O titular da empresa declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

11.1 - Nos casos de omissão do Capítulo IV, Título II, do Código Civil 2002, a Empresa reger-se-á supletivamente pelas normas da Sociedade Anônima.

Cláusula 12ª - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

Cláusula 13ª – FORO

Fica eleito o foro de Pedro Leopoldo/MG, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.

Confins/MG, 01 de Janeiro de 2019.

HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA
Titular/Administrador



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7149302 em 22/01/2019 da Empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI - ME, Nire 31600212896 e protocolo 190375809 - 21/01/2019. Autenticação: 558C1D36436A3B86C6F4C485CCDD347F72999BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/037.580-9 e o código de segurança UJ5d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/037.580-9	J193542337962	21/01/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
028.491.766-48	HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1

Marinely de Paula Bomfim
Engenheira Civil
CREA 068018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7149302 em 22/01/2019 da Empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI - ME, Nire 31600212896 e protocolo 190375809 - 21/01/2019. Autenticação: 558C1D36436A3B86C6F4C485CCDD347F72999BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/037.580-9 e o código de segurança UJ5d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/8



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUCAO EIRELI - ME, de nire 3160021289-6 e protocolado sob o número 19/037.580-9 em 21/01/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7149302, em 22/01/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Thiago Greca Maia.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
028.491.766-48	HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
028.491.766-48	HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA

Belo Horizonte. Terça-feira, 22 de Janeiro de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7149302 em 22/01/2019 da Empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUCAO EIRELI - ME, Nire 31600212896 e protocolo 190375809 - 21/01/2019. Autenticação: 558C1D36436A3B86C6F4C485CCDD347F72999BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/037.580-9 e o código de segurança UJ5d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 7/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
048.806.116-46	THIAGO GRECA MAIA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Terça-feira, 22 de Janeiro de 2019

Marinely de Paula Bomfim
Engenheira Civil
Secretária-Geral

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7149302 em 22/01/2019 da Empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI - ME, Nire 31600212896 e protocolo 190375809 - 21/01/2019. Autenticação: 558C1D36436A3B86C6F4C485CCDD347F72999BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/037.580-9 e o código de segurança UJ5d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
MG8691807 SSP MG

CPF
028.491.766-48 DATA NASCIMENTO
13/01/1979

FILIAÇÃO
HILTON LINO DE SOUZA
DELZA RIBEIRO DOS
SANTOS SOUZA

PERMISSÃO ☒ ACE ☒ CAT. HAR. ☒ AB

Nº REGISTRO
02212995644 VALIDADE
16/03/2022 1ª HABILITAÇÃO
10/10/1997

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PEDRO LEOPOLDO, MG DATA EMISSÃO
21/03/2017

Rogério de Melo Franco Assis Araújo
Diretor DE TRAN/MG 98833493188
ASSINATURA DO EMISSOR MG510116191

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1469628940

PROIBIDO PLASTIFICAR
1469628940

1469628940
1469628940
1469628940